

REVISTA



# RECONEXÃO PERIFÉRIAS

FOTOS: SERGIO SILVA



## Vivas e com igualdade de direitos

**Pagu Rodrigues**  
fala sobre a luta das mulheres

**Vivi Martins:** Por que inimigos da democracia têm medo da Cultura

AGENDA DE LUTAS MARÇO DE 2023

## Vivas e com igualdade de direitos



FOTO: MARCELO CAMARGO/AG BRASIL

No mês de lutas das mulheres, destacamos a contribuição delas para a democracia brasileira. A democracia só existe porque as mulheres também lutaram. Ainda que cerceadas de diversas maneiras, ao longo de toda história, as mulheres se fizeram presentes com suas reivindicações por transformações profundas na sociedade.

Hoje, no Brasil, elas são

as protagonistas dos movimentos de periferias, à frente das ações sociais de combate à fome, de luta por moradia, por melhores condições de saúde, de proteção de crianças e adolescentes e das associações de bairros. Contraditoriamente, não são a maioria das pessoas que participam institucionalmente da política, porque há barreiras estruturais erguidas contra

essa representação. Parte delas é a imposição às mulheres do trabalho de cuidados com crianças, idosos e pessoas deficientes ou doentes. São inúmeras horas do dia, da semana, do mês, que as mulheres precisam dedicar-se prioritariamente a essas tarefas, em vez de livremente usufruir do seu tempo.

Para derrubar o limite da

PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS ■ DIRETOR RESPONSÁVEL ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ COORDENADOR DO PROJETO PAULO CÉSAR RAMOS ■ EQUIPE ISAÍAS DALLE, LÉA MARQUES, MATHEUS TANCREDO TOLEDO, RUAN BERNARDO, SOFIA TOLEDO, VICTÓRIA LUSTOSA BRAGA, VILMA BOKANY ■ COLABORADORES SOLANGE GONÇALVES LUCIANO, THIAGO SILVEIRA, WEBER LOPES GÓES ■ EDIÇÃO LÉA MARQUES E ROSE SILVA ■ REVISÃO ROSE SILVA ■ PRODUÇÃO EDITORIAL CAMILA ROMA ■ PROJETO GRÁFICO CACO BISOL ■ DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO PAULO OKAMOTO (PRESIDENTE), VÍVIAN FARIAS (VICE-PRESIDENTA), DIRETORES: ALBERTO CANTALICE, ARTUR HENRIQUE, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, ELEN COUTINHO, JORGE BITTAR, LUIZ CAETANO, NAIARA TORRES E VIRGÍLIO GUIMARÃES.

pouca presença das mulheres na política é preciso mudar essa divisão do trabalho, baseada no sexo das pessoas. Homens e mulheres devem ter deveres igualmente cobrados, e o Estado também precisa participar, garantindo equipamentos públicos que permitam o compartilhamento dos trabalhos de cuidados, tais como creches, hospitais, lavanderias públicas e restaurantes coletivos.

No âmbito do mundo do trabalho, tais iniciativas também são fundamentais para se alcançar mais igualdade. Atualmente, as mulheres ganham, em média, 21% a menos do que os homens - o equivalente a R\$ 2.305 para elas e a R\$ 2.909 para eles, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) divulgados pelo Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos (Dieese). A transformação dessa realidade é prevista, em parte, com a Lei da Igualdade Salarial, sancionada no 8 de março desse ano. Contudo, tal

Lei alcança mulheres que estejam em atividades formais, deixando de fora milhões de outras que estão na informalidade, caso da maioria das moradoras das periferias. Contudo, a existência de iniciativas como essa, por parte do governo Lula, mostra disponibilidade em avançar nessa pauta, o que é bastante positivo e necessário.

Na pauta da violência sexista, os números seguem evidenciando uma tragédia: nosso país mata mulheres e meninas diariamente, fazendo uma vítima a cada 4 horas, segundo dados da Rede de Observatórios da Segurança. E não é só à violência física que as mulheres e meninas precisam sobreviver, a violência psicológica e virtual tem ganhado espaço nos últimos períodos.

Para dar visibilidade ao processo de luta e resistência das mulheres indígenas diante da democracia no Brasil, apresentamos o artigo de Nedina/Xiu Yawana-wa, professora indígena

e coordenadora da Organização das Mulheres Indígenas do Acre-Sitokore. Nedina afirma que a participação das indígenas vem crescendo, pois passam a ocupar cargos de liderança em suas aldeias e territórios, que antes eram apenas destinados aos homens, tornando-se protagonistas de um novo processo de democratização da política indígena e não indígena.

A entrevista do mês é com a secretária Municipal de Mulheres do PT em São Paulo, Pagu Rodrigues. Mulher indígena fulni-ô, socióloga formada pela Universidade de São Paulo e estudante de Direito, Pagu é também membra da Comissão de Povos Indígenas da OAB. Na entrevista, ela fala sobre a perspectiva integracionista do Estado brasileiro em relação à população indígena, que ignora sua diversidade. “Cerca de 36% da população indígena do Brasil vivem em contexto urbano e apenas 3% dessa população vive de fato em território demarcado”, afirma.

Pagu aborda também os desafios do novo governo para garantir a superação das desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro, que é estruturante na sociedade patriarcal. “Uma das questões muito históricas do movimento de mulheres e do movimento feminista, que é a igualdade salarial, está pautada na igualdade de oportunidades e de direitos. Enquanto a gente não tiver políticas que garantam a autonomia econômica das mulheres, não haverá avanços na discussão da igualdade salarial. O que eu quero dizer com isso? O Estado realmente precisa se incumbir das políticas dos cuidados, com ampliação de creches, inclusive noturnas, e um sistema de educação que compatibilize realmente a rotina das mães em relação aos seus filhos, para que elas possam trabalhar e os filhos tenham o direito à educação de qualidade”, diz.

O Perfil desta edição é do Movimento de Mulheres do Subúrbio Ginga, que

surgiu com o objetivo de realizar atividades para proteção e atendimento às mulheres vítimas de violência, além de promover sua autonomia financeira e psicológica. O grupo realiza reuniões, oficinas, cursos para a formação e conscientização das mulheres da periferia de Salvador sobre seus direitos. O núcleo gestor do coletivo reúne em torno de 15 mulheres, cujas atividades são mantidas por contribuições próprias, de moradores da comunidade e de parceiros.

Uma de suas integrantes, Cláudia Isabele Pinho, conta que a Ginga foi também um encontro geracional. Suas fundadoras foram estavas principalmente na faixa dos 40, 50 anos e tinham caminhadas mais extensas na comunidade. “Estavam muito incomodadas com os processos de feminização da pobreza, de pauperização das mulheres, de estigmatização e da necessidade de acesso à universidade.”, afirma.

Na sessão “Quando no-

vas personagens entram em cena”, apresentamos Vivi Martins, a nova secretária Nacional de Cultura do Partido dos Trabalhadores. Vivi afirma, entre outros pontos, que a Cultura é uma boa porta de entrada para despertar a juventude para a política, porque têm ideias de liberdade muito fortes, e que “talvez por isso os inimigos da democracia têm tanto medo da Cultura”.

Construir um país melhor para meninos e meninas, homens e mulheres, passa, necessariamente, por enfrentar as desigualdades de gênero. Nessa luta, sabemos que as mulheres são as protagonistas, mas esperamos a solidariedade e empatia de todos, todas e todes. Esperamos que o conteúdo dessa edição da Revista contribua para fortalecer essa tão almejada igualdade de direitos..

Boa leitura! Boas lutas!

**Léa Marques - Editora da Revista Reconexão Periferias ■**

# O processo de resistência, as perspectivas das lutas das mulheres indígenas e a democracia no Brasil

NEDINA/XIU YAWANAWA



ACERVO DA SITOAKORE POR RAMON AQUINO

**O presente artigo tem por objetivo dar visibilidade ao processo de luta e resistência das mulheres indígenas na democracia do Brasil.**

## Antes do movimento indígena

Assim como na sociedade não-indígena, os povos indígenas também seguem a linha do patriar-

cado, isto é, as decisões são tomadas exclusivamente pelos homens. Dentro das aldeias, os papéis entre homens e mulheres são definidos e vivenciados no cotidiano.

Homens são provedores de alimentos, educação dos filhos homens e trabalhos mais pesados, como a construção de casas e derrubada de roçados. Os que lideram e tomam decisões nos espaços de assembleias em que se concentram as famílias das comunidades para tratar de assuntos gerais do povo como resolução de conflitos, escolhas dos responsáveis das áreas na saúde, educação, agentes agroflorestais.

Já as mulheres, mesmo sem destaque de lideranças, desempenham papéis importantes na família e organização social da aldeia que podem ser observados ao longo do processo de participação comunitária.

São responsáveis por trabalhos domésticos como lavar roupas, fazer as comidas, fazer terreiros ao redor da casa, cultivos dos roçados, plantar, limpar, fazer a colheita e cuidar

**NEDINA/XIU YAWANAWA** É PROFESSORA INDÍGENA E ASSESSORA PEDAGÓGICA NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO ACRE, PÓS-GRADUADA EM GESTÃO ESCOLAR E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, CORDENADORA DA ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS DO ACRE-SITOAKORE

das crianças, principalmente a educação das filhas.

Na convivência diária com os filhos, ensinam a língua materna, repassando o respeito às tradições sobre o comportamento com a família e a produção de artesanato para fortalecimento da identidade e cultura do povo, uma forma de perpetuar os conhecimentos tradicionais para as novas gerações.

Além das atribuições domésticas é possível notar a participação das mulheres na organização e limpeza dos shuhu (kupixaus) ou da própria casa do cacique da aldeia, produção da alimentação para seus maridos, cuidado com os filhos para não fazerem barulho e ficar como ouvinte desde jovens até mais velhas nas grandes reuniões da aldeia.

Porém, há uma presença feminina que se destaca entre as demais, a esposa do cacique. Ela tem um papel importante de liderança nos trabalhos coletivos e sociais da aldeia, pois é sua a responsabilidade

de juntar as demais para organizar os alimentos, os espaços de reuniões e estar à frente das rodas de mariris (danças em roda), além de atuar como conselheira e mediadora de conflitos entre as famílias.

*“(...) Criamos também o “Mariri Yawanawa”. Foi feito o primeiro no final de 2008 e 2009, voltado a ser uma alternativa para favorecer as comunidades... O Mariri continua acontecendo todo mês de Julho. Agora nesse ano aconteceu o quarto. Então reúnem-se todas as aldeias, com poucas pessoas de fora para visitar os Yawanawa e conviver com a gente...”* Trecho de Plano de Vida Yawanawa. Disponível [aqui](#). Acesso em 06/03/2023

O momento em que se percebe uma participação mais relevante das mulheres indígenas é como parteiras, ajudantes do pajé e conhecedoras de plantas medicinais, quando solicitadas pelas famílias da comunidade para curar determinadas doenças.

*“Nesse processo criamos o Centro Cerimonial de*

*Cura e Terapia Yawanawa, uma escola, um centro de aprendizado da espiritualidade Yawanawa, o qual é comandado pelo Paulo Matsini e o Tata Txanu, que é o pajé mais antigo e sábio de nosso povo. Também a Mariazinha, líder que também faz dietas, a pajé Hushahu também, que foram as primeiras mulheres Yawanawa... Isso é a nossa cultura que também, não é estática, vai mudando... Criamos uma política de valorização das mulheres, dos mais velhos, das crianças”* Trecho de Plano de Vida Yawanawa. Disponível [aqui](#). Acesso em 06/03/2023

Disponível [aqui](#), acesso em 06/03/2023.

### **Após o movimento indígena**

A partir do surgimento da União das Nações Indígenas do Acre-UNI/AC, organização que representava todos os povos indígenas do Acre Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia, o Movimento indígena do Acre, que teve grande destaque nos anos 1990 a

2000, deu início a outro momento da participação das mulheres indígenas.

A UNI/AC passou a ser referência nacional de movimento indígena por sua atuação em defesa dos direitos dos povos indígenas aliado a outros movimentos de outras regiões do Brasil. Com essa crescente movimentação, os caciques passaram a ter com mais frequências os encontros de liderança, como assembleias para eleição da coordenação geral, seminários e oficinas que eram realizados em terras indígenas ou na capital.

Nessa ocasião, eles passaram a trazer suas mulheres, irmãs ou filhas para ajudá-los em questões pessoais como lavar suas roupas, servi-los nos intervalos de alimentação. Uma figura ajudadora, porém, foi nesse contexto que as mulheres passaram a também compartilhar suas vivências e trocas de informações sobre a vida em comunidade e a expressar entre elas suas opiniões sobre as temáticas debatidas nas rodas masculinas, gerando o interesse e a

necessidade de levar suas posições e contribuições com um ângulo feminino das questões.

*Emoção e força: mulheres indígenas compartilham suas vivências e projetam aldear a política.* Disponível [aqui](#). Acesso em 06/03/2021.

*“As mulheres sempre estiveram presentes nas organizações e espaços de luta do movimento indígena, porém, nos últimos anos, sua atuação tem se transformado e mulheres de diversos povos passaram a assumir posição de liderança. Como demonstra o levantamento do Instituto Socioambiental (ISA), cresceu o número de organizações de mulheres indígenas, alcançando, em 2020, o total de 92 organizações mapeadas, a maior parte delas criadas a partir dos anos 2000. Ainda que tenham estado em todas as edições do Acampamento Terra Livre, organizado pelo movimento indígena desde 2004 em Brasília, apenas em 2016 as mulheres realizaram sua primeira plenária neste espaço. Em 2019, foi inaugurada a Marcha Nacional das*

*Mulheres Indígenas, mais um espaço de organização do movimento, convertido em importante ação para denúncia e enfrentamento das pressões antiindígenas que ganhavam espaço no Congresso e no Executivo nacional. Desde então, a marcha acontece a cada 2 anos em Brasília, organizada com apoio da ANMIGA (Associação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade) e da APIB, e traz como principal bandeira a luta pelo território e defesa das demarcações.”*

**(Mulheres indígenas e a reconstrução da política indigenista no Brasil).**

Disponível [aqui](#). Acesso em 06/03/2021.

### **Criação do Grupo de Mulheres Indígenas do Acre - GMI-UNI/AC 1997**

A participação das mulheres indígenas nas reuniões tomou maior proporção nas discussões e abriu outros debates nas programações dos eventos em meados de 1997. Então, passaram a reivindicar um espaço específico de

presença na organização da UNI. Dessa forma, em consenso da maioria das lideranças, criaram o Departamento de Mulheres, juntamente com o Departamento de Jovens Indígenas.

Neste contexto, enfatizam as temáticas mais associadas às necessidades femininas, notando que os temas ligados à saúde, educação, cuidado familiar, criação dos filhos, tudo que girava em torno do universo feminino, não era falado por lideranças, que concentravam todas as atenções ao que o universo masculino considerava como prioridade, fazendo notar a ausência do papel feminino na ordem social e cultural dos povos indígenas.

No final do ano de 2002, pela primeira vez uma mulher indígena foi indicada e eleita pela maioria dos votos das lideranças para compor a coordenação geral da UNI/AC e outras como conselheiras fiscais, um marco importante da participação das mulheres indígenas em espaço de tomadas de decisões. A partir disso,

as temáticas de cunho feminino são presentes em debates e surgem os projetos pioneiros de cuidados preventivos de saúde para a mulher indígena e valorização das parteiras, que têm papel importante nas comunidades.

A UNI/AC, alinhada aos movimentos indígenas da Amazônia e Nacional, assumiu o convênio de saúde UNI/FUNASA/AC, deixando de fazer o controle social para a ser a ONG executora das ações de saúde. Nesse processo de administração, enfrentou muitos problemas e desafios, o que impossibilitou a finalização do projeto. Por orientações jurídicas, teve de decretar falência da organização, paralisando todas as ações, inclusive as atividades das mulheres indígenas.

### **Criação da Sitoakore**

Após a falência da UNI/AC em 2004, as lideranças retomaram suas organizações e buscaram se fortalecer em suas regiões e comunidades. Já as mulheres indígenas ficaram

sem referência, pois estavam ligadas diretamente à UNI/AC. Mas, em 2005, decidiram se organizar e, de forma independente, realizaram uma assembleia, criando a Organização de Mulheres Indígenas do Acre Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia – Sitoakore, palavra na língua do povo Apurinã que significa “mulheres trabalhando juntas”.

A organização de mulheres indígenas passou atuar em defesa dos direitos indígenas e seus territórios e teve seus trabalhos reconhecidos pelas comunidades indígenas do Acre e pelas Instituições governamentais e não-governamentais, pois desenvolve atividades como segurança alimentar, medicina tradicional, autonomia indígena, entre outros temas que estão relacionados com transformações mundiais.

A presença feminina em espaços de discussões é mais frequente e enriquecida por saberes ancestrais que só elas dominam. As temáticas defendidas são alinhadas a discussões das organizações mais

abrangente como a União de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (Umiab) e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

A participação das mulheres indígenas é crescente.

Desde a aldeia, quando passam a ocupar cargos de caciques, lideranças espirituais e coordenadoras das organizações de grandes representatividades, que outrora, foram ocupados apenas por homens.

Neste aspecto, passam a desempenhar outros papéis além dos trabalhos domésticos, tornando-se assim, protagonistas de um novo processo de democratização da política indígena e não indígena. ■

### **PAUTA DAS MULHERES INDÍGENAS DO BRASIL**

- 1. Violação dos direitos das mulheres indígenas (incluindo o fim da violência contra as mulheres, mas não limitado a este tópico)**
- 2. Empoderamento político e participação política das mulheres indígenas**
- 3. Direito à terra e processos de retomada**
- 4. Direito à saúde, educação e segurança**
- 5. Direito à tradição, cultura e diálogos inter-geracionais**
- 6. Direitos econômicos das mulheres indígenas**
- 7. Comunicação e processos de conhecimento**
- 8. Processos de resistência**
- 9. Sustentabilidade e financiamento**
- 10. Formulação de uma estratégia de incidência política nacional e internacional para os direitos dos povos indígenas liderada pelas mulheres indígenas.**

“Voz das mulheres indígenas” Disponível [aqui](#). Acesso em 06/03/2023.

## "Precisamos garantir que 50% das mulheres mais votadas ocupem cargos nos legislativos"

ROSE SILVA



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

**Nascida e criada em São Paulo, Pagu Rodrigues é indígena fulni-ô, único grupo do Nordeste que conseguiu manter viva e ativa sua própria língua - o ia-tê. Formou-se socióloga pela Universidade de São Paulo (USP) e atualmente é estudante de Direito. Integra a Comissão de Povos Indígenas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e também é secretária Municipal de Mulheres do PT em São Paulo.**

Filha de pai e mãe indígenas, foi criada na cultura do seu povo, inclusive nas dimensões da religiosidade e da língua, mas como nasceu fora da aldeia, precisou passar por um período de reconexão com seus familiares. “Não havia uma dificuldade nesse reconhecimento, porque eu já sabia falar a língua, já tinha todo um processo cultural mesmo ali presente, e eu tinha família viva na aldeia, como tenho até hoje. Eu tenho todos os meus familiares

lá, dos mais distantes aos mais próximos. E eu precisava retomar um pouco essa perspectiva de poder fazer parte. Diria até que de conseguir construir essa luta a partir do meu povo, porque a gente tem o âmbito geral da luta, do movimento indígena. Mas quando pertence a um grupo étnico, tem de assumir o compromisso primeiro com ele”, afirma.

Hoje com 37 anos, Pagu começou sua luta política aos dez anos de idade, no

movimento de moradia, já em contato com o PT, pois várias pessoas da sua família, originária de um território em Pernambuco, já dialogavam com partido. Desde o início de sua militância participa dos movimentos indígena e feminista, dos quais tornou-se liderança na capital paulista.

Nessa entrevista, ela fala sobre o desafio da retomada de direitos que foram usurpados das mulheres e dos povos originários durante o



DIÁLOGO SOBRE TERRITÓRIOS E RETOMADA INDÍGENA QUE ACONTECEU NO CCA BRASILÂNDIA  
FOTO: ARQUIVO PESSOAL

governo genocida de Bolsonaro e sobre os caminhos que devem ser percorridos pela sociedade neste novo momento da história do Brasil.

Ela destaca que é preciso superar a visão romântica de que as pessoas indígenas vivem em aldeias: “o que eu acho que é importante, que ajuda a reforçar não só a presença indígena nos espaços, mas também, e eu diria que sobremaneira, das mulheres indígenas, é reconhecer a população indígena a partir da sua plurinacionalidade. Somos mais de 350 etnias

no Brasil”, afirma.

Reconexão Periferias - Passamos por uma situação terrível depois do golpe de 2016, que retirou muitos direitos das mulheres no geral e das negras e indígenas em especial. Depois, com Bolsonaro, vivemos uma política de morte, de extermínio de todos esses grupos. A agora, vivemos uma nova época. Por onde o novo governo deveria começar para recuperar o que foi perdido?

Penso que existem algumas perspectivas que caminham juntas.

A primeira, quando a gente pensa a presença indígena no Brasil, é a questão racial. O Estado brasileiro ainda é bastante racista e muito se fala sobre isso em relação à questão negra, mas há pouca formulação do que é o racismo em relação a populações indígenas. O Estado tem como concepção a perspectiva integracionista da população indígena e conhece muito pouco nossa diversidade. Por exemplo, a gente tem 36% da população indígena do Brasil que vivem em contexto urbano, e uma parte pequena, que é 3%, vive de fato em território demarcado. Essa perspectiva integracionista não reconhece a presença indígena em espaço nenhum, então o indígena passa a ser colocado no que a gente chama de não-lugar desse debate. Não reconhecem nossos direitos específicos, que vão desde demarcação de terras, passando por questões de saúde, de educação, de enfrentamento à violência contra mulheres, até a perspectiva econômica mesmo. É um Estado

que se formou violando os nossos direitos, né? A primeira grande violação foi contra os povos indígenas, a partir de uma afirmação, inclusive, da cultura do estupro. Aquela história que todo mundo tem, “minha avó foi pega a laço”, reforça no imaginário a cultura do estupro. Acham que era bonito caçar indígenas na mata e aprisionar, estuprar, casar e fazer virar trabalhadora doméstica. Por que éramos considerados bichos. E a outra vertente econômica é que foi em cima dos nossos territórios que se consolidou uma estrutura de Estado extrativista pautada no garimpo, no agronegócio, na monocultura, na grande lavoura, no latifúndio, na pecuária extensiva. Começou com o extrativismo de pau brasil, foi adentrando para a expropriação de terras indígenas e aprofundando essa política, esse modelo extrativista que pretende acabar com tudo o que temos em prol do lucro e do capital. Então, acho que essas são as discussões estruturantes e de

fundo. Agora existe um avanço muito grande com o novo governo Lula, que é o Ministério dos Povos Indígenas, pela primeira vez na história de constituição desse Estado, e temos uma indígena presidindo a Funai. Sabemos que a chance de avançar nessas pautas é muito grande, mas não é uma briga simples. Temos um enfrentamento a ser feito com o modelo do capital e vamos depender de todas as frentes do governo para que essa discussão realmente seja aprofundada.

Como você vê o processo de demarcação de terras indígenas daqui por diante?

Tenho de fato a expectativa de que seja possível ter as terras indígenas demarcadas, pois quase nenhuma terra indígena no Nordeste é demarcada praticamente. A minha aldeia, por exemplo, não tem a terra demarcada, o processo está paralisado desde 2010. A gente só tem um reconhecimento enquanto reserva indígena. Essa condição é idên-

tica em quase todos os estados do Brasil, tirando a região Norte do país, a Amazônia, que é onde estão a maioria das terras indígenas demarcadas, tudo o mais está para ser feito. O que significa concretamente que é preciso comprar uma briga com o latifúndio, com o agronegócio e abrir profundamente uma discussão de modelo econômico e modelo ambiental que a gente quer para o próximo período. Penso que esses são desafios

---

**“O que eu acho que é importante, que ajuda a reforçar não só a presença indígena nos espaços, mas também, e eu diria que sobremaneira, das mulheres indígenas, é reconhecer a população indígena a partir da sua plurinacionalidade. Somos mais de 350 etnias no Brasil”.**

---

diante dos avanços que a gente conseguiu agora com o governo Lula.

Uma das grandes desigualdades estruturais de nossa sociedade é a desigualdade de gênero no mundo do trabalho. Mesmo com governos mais progressistas e democráticos, avançamos pouco nessa questão. Você apontaria quais questões precisam ser enfrentadas nessa temática para avançarmos? Vê o PT focando essas questões?

Historicamente o PT é o primeiro partido que, na verdade, enquanto organização política institucional, abre essa discussão em relação ao Estado e até em relação às suas próprias estruturas internas, o que forçou, inclusive, o debate sobre cotas de gênero nas eleições, sobre cotas nos espaços de direção do PT. Ele realmente é o partido precursor da discussão de gênero, porque as mulheres do PT, que são as feministas, foram para cima dentro das fileiras internas e depois para fora, além da

participação grandiosa que têm em vários movimentos sociais feministas. Importante destacar isso, e a gente sabe que o PT tem muito ainda a contribuir com essa pauta, porque, apesar dos avanços, eu sempre digo que a gente está aquém do desejado. Mas quando temos uma perspectiva de um governo democrático popular, novamente algumas discussões são possíveis para fazer com que a pauta avance. A primeira delas é o que se chama de interseccionalidade da política pública. Não se pode ignorar que a diferença no mercado de trabalho em relação às mulheres atinge, sobretudo, as mulheres negras periféricas e as indígenas, que estão ali na base da pirâmide ou nem sequer são lembradas. Penso que essa é uma questão a ser interseccional, com todos os ministérios envolvidos.

Como avançar na defesa da renda igual para trabalho igual?

Questões muito históricas do movimento de mulheres e do movimen-



COM JANJA LULA.  
FOTO: ARQUIVO  
PESSOAL

to feminista ainda não conseguimos concretizar, como a igualdade salarial. Ela está pautada numa igualdade de oportunidades e de direitos, o que significa que enquanto não houver políticas que garantam a autonomia econômica das mulheres, não vai haver avanço na discussão da igualdade salarial.

O que eu quero dizer com isso? O Estado realmente precisa se incumbir da política de cuidados, com ampliação de creches, inclusive noturnas, um sistema de educação que compatibiliza a rotina das mães em relação aos seus filhos, para que elas possam tra-

**“O Estado conhece muito pouco nossa diversidade. Por exemplo, 36% da população indígena do Brasil vivem em contexto urbano, e uma parte pequena, que é 3%, vive de fato em território demarcado. Essa perspectiva não reconhece a presença indígena em espaço nenhum, nem nossos direitos específicos, que vão desde demarcação de terras, passando por questões de saúde, de educação, de enfrentamento à violência contra mulheres, até a perspectiva econômica mes-**

balhar e os filhos tenham o direito a educação de qualidade. Precisa criar restaurantes coletivos, lavanderias coletivas, o que representa a distribuição do trabalho de cuidados, que hoje está na mão das mulheres no âmbito privado, em suas casas. Muitas vezes essa divisão sexual/racial do trabalho impossibilita que as mulheres tenham o grau de estudo necessário para o mercado de trabalho, e, quando têm, muitas vezes até mais do que os homens, ainda assim elas não conseguem compatibilização numa estrutura de Estado para

assumir um cargo de chefia. Para além da política, do machismo, da estrutura do patriarcado, elas já saem de pronto atrás de qualquer homem branco, por exemplo. A média geral é que os homens recebem mais do que as mulheres. Então é tempo de aprofundar o debate sobre as políticas de cuidado, a divisão de tarefas organizada pelo Estado, uma discussão política essencial para garantir igualdade salarial entre homens e mulheres que ocupam inclusive os mesmos cargos. Porque muitas vezes a mulher trabalha em um determi-

nado lugar e acaba cumprindo muito mais horas de trabalho, recebendo muito menos do que um homem naquela mesma posição. Outro ponto é que a maior parte das pessoas que ocupam o trabalho informal com a renda mais precarizada são mulheres negras. E a gente precisa enfrentar esse debate. Nós estamos saindo de uma pandemia que só agravou ainda mais toda esta dinâmica de gênero no Brasil e que não conseguimos dar conta, porque sequer conseguimos, por exemplo, implementar a renda básica. Não enfrentamos a violência contra a mulher, sobretudo a violência doméstica, que teve picos altíssimos durante o período. Então a gente precisa conseguir aprofundar isso, não só reaver direitos perdidos no governo Bolsonaro, mas avançar.

As mulheres de modo geral são sub-representadas no Parlamento, mas quando falamos das indígenas é ainda maior a ausência delas nos partidos



POSSE COMO SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MULHERES DO PT. FOTO: ARQUIVO PESSOAL

políticos, nas assembleias legislativas, no Congresso Nacional e nas câmaras municipais. O que os partidos podem fazer para aumentar essa representação?

Já está mais do que no tempo de haver mais mulheres eleitas para discutir autonomia sobre o corpo, legalização do aborto, trabalho, renda e enfrentamento à fome e à miséria. Só que a gente não vai conseguir chegar a isso se não passar pela discussão de cotas. Temos cota de saída e garantimos 30% de mulheres inscritas e suas candidaturas, mas não

que sejam eleitas. Precisamos discutir no mínimo 50% na cota de chegada. Então a gente vai ter que começar a discutir lista paritária, mudança na legislação eleitoral que garanta que 50% das mulheres mais votadas estejam de fato ocupando esses espaços, cargos nos legislativos do Brasil, para que realmente também possamos avançar em uma discussão sobre política pública.

Do ponto de vista da opinião pública, hoje a pauta do feminismo está mais ligada às liberdades individuais do que aos direitos coletivos, como

foi no passado. Penso que as pautas como igualdade salarial, direito a creche, divisão do trabalho doméstico e do cuidado com crianças e idosos têm menos visibilidade. Você concorda que seja assim? Como vê essa mudança?

Existe um movimento histórico que possibilitou isso num primeiro período todo da discussão do feminismo aqui no Brasil, que se deu sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, até por conta de uma conjuntura de enfrentamento à ditadura militar. E havia uma um processo de organização muito contundente das mulheres em torno de todas essas pautas históricas das mulheres, sobretudo as mais pobres, da classe trabalhadora. E o que começou a acontecer no momento em que esse movimento se levantou no Brasil é que houve uma espécie de criminalização da discussão do feminismo. Então, muita gente achava que as feministas são anti-homem. E toda a estrutura do patriarcado se levantou

contra os movimentos feministas, houve uma criminalização mesmo, a um ponto de que durante muito tempo o feminismo não era uma discussão popularizada, embora houvesse uma plena compreensão dos trabalhadores em relação à necessidade de atender e garantir os direitos das mulheres trabalhadoras. Mas ainda assim, da perspectiva da pauta do aborto, de política institucional, a gente caminhava muito lentamente. A discussão sobre o voto, a participação feminina, que mesmo na Constituição Federal de 1988 ainda não ficou exatamente estruturada. Com o passar dos anos e a pressão do movimento social feminista que de fato era muito grande garantimos o avanço de inúmeras pautas de direitos das trabalhadoras, de discussões que antes não eram encaradas na perspectiva da estrutura do Estado. Então o que começou a acontecer? Esse debate começou a ser apropriado por um certa pauta liberal. Termos como o “empodera-

mento” são um exemplo bem típico disso. A gente estava discutindo igualdade de direitos, redução de carga horária de trabalho, distribuição do trabalho, de cuidados e o que o liberalismo estava fazendo? Pegando essas bandeiras feministas de esquerda e dizendo “Ah, empoderamento!” Queremos então uma CEO de uma empresa que ganhe 30 mil reais, não importa se ela vai trabalhar dezesseis horas por dia, se vai dar conta dos trabalhos de cuidado da família e dos cuidados de si mesma, o que importa

que ela chegue ali, no espaço de poder. Todo o resto a gente não está discutindo, com quais condições aquela mulher chega ali, se vai sofrer assédio sexual, se vai sofrer violência doméstica, se vai ter alguém que divida esse trabalho de cuidados com ela dentro de casa ou se o Estado vai combater essa opressão. É o que a gente tem visto acontecer cada vez mais: o liberalismo está se apropriando dessas pautas. Então, a gente sempre discutiu as coisas em termos de solidariedade. O liberalismo, em



GRAVAÇÃO PRO PROJETO AULA LIVRE - "MINHA ÁFRICA BRASILEIRA E POVOS INDÍGENAS"  
FOTO: ARQUIVO PESSOAL

termos de sororidade e empoderamento. E assim continua, na verdade, jogando na mão das mulheres a responsabilidade sobre as transformações, dizendo que podem ser feitas de maneira individual. Então não se discute igualdade coletiva, não se discute qual é a responsabilidade do Estado no enfrentamento das estruturas do patriarcado. Não se discute igualdade a partir da estrutura econômica. Não se discute, por exemplo, a necessidade de que a gente tem que rever o sistema de divisão sexual, racial, do trabalho no Brasil. Então não tem problema, você é uma empreendedora, você trabalha 16 horas, você continua dando conta do seu filho, o marido não, e não vai pagar pensão, porque, afinal de contas, você é uma mulher empoderada que ganha dinheiro, não precisa do homem pra nada. Só que a gente não está discutindo o quê? A responsabilidade da igualdade dos papéis. E esse é o discurso atual. E é por isso que é importante quando a gente vai

para as ruas enquanto movimento feminista e recoloca as bandeiras, porque nós estamos falando de um processo coletivo. O feminismo não é a supremacia da mulher em relação aos homens. O feminismo é um projeto de igualdade entre mulheres e homens e, portanto, para ele existir tem de haver direitos e garantias de direitos para as mulheres, que estão sobretudo suprimidas dentro dessa base. É uma revisão profunda do sistema e o fim do patriarcado. Não é suficiente que uma mulher seja CEO de uma empresa sem a discussão de que o filho dela precisa ter creche pública.

Sobre o aumento do feminicídio durante a pandemia, da violência contra a mulher e a normalização que acontece no dia-a-dia. Todo dia uma mulher é morta, as pessoas têm contato com essa informação, a vizinha espancada é levada para o hospital e ninguém faz nada. Quais políticas públicas existem em

relação a isso? E a sociedade, pode fazer alguma coisa?

O feminicídio é o projeto de genocídio em relação às mulheres. Então, primeira coisa é que estamos saindo de um período em que o governo foi incentivador desse tipo de violência, desse tipo de prática contra as mulheres, e por isso eu diria que o feminicídio se ampliou muito nesses últimos anos. A pandemia tem uma responsabilidade nisso? Tem. Mas a gente sabe que a responsabilidade maior vinha dos incentivos de um discurso misógino feito pelo então presidente da República, o Bolsonaro, né? Foi o que realmente fez estourarem os índices de violência contra a mulher no Brasil. Na contrapartida, não havia nenhuma política pública atuante para fazer frente a esse índice de feminicídio e de violência doméstica. Já era sabido, a partir do que estava sendo indicado na China, que esse período de quarentena no Brasil ia acontecer, então, al-

gumas medidas possíveis que não foram tomadas. Todos os investimentos destinados para a saúde que constavam como emergência humanitária não tinham nenhum tipo de protocolo, por exemplo, específico para atender mulheres vítimas de violência doméstica ou de ou qualquer outro tipo de violência, sexual e outras. Estamos em um período em que teremos de retomar muito todas as políticas públicas que foram desmontadas. Antes a gente tinha programas como o Patrulha Maria da Penha, que garantia às mulheres que estavam sob medida protetiva acionar o serviço público na hora em que o agressor se aproximasse. Agora, a mulher tem medida protetiva, o agressor se aproxima, comete o feminicídio e nada acontece. Ou pura e simplesmente a mulher nem consegue a medida protetiva. Para além dos serviços que a gente chama de rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, foram desmontados durante o governo Bolsonaro e so-

freram um corte de mais de 50% de orçamento. E aí tudo o que a gente chama de casas de acolhida, os abrigos e as casas de passagem que recebem a mulher vítima de violência não funcionavam. E o sistema de denúncia foi desligado durante o governo Bolsonaro, então, nem sequer temos com precisão quais eram esses dados de violência contra as mulheres, por que o 180 simplesmente não funcionou. Outras frentes, como a própria saúde, que não tinha mais protocolo para

atender mulheres vítimas de violência e os equipamentos e organismos de política para as mulheres deixaram de existir. Então, a gente vai ter de estruturar tudo isso, essa é a verdade. E junto com isso, precisamos fazer um debate com a sociedade, pois as pessoas não se envolvem. Ainda existe na cabeça aquela frase em briga de marido e mulher a gente não mete a colher. Ou, quando a pessoa mete a colher, muitas vezes não sabe qual o caminho a ser feito, por exemplo, que se pode ir

---

**“É o que a gente tem visto acontecer cada vez mais: o liberalismo está se apropriando dessas pautas. Então, a gente sempre discutiu as coisas em termos de solidariedade. O liberalismo, em termos de sororidade e empoderamento. E assim continua, na verdade, jogando na mão das mulheres a responsabilidade sobre as transformações, dizendo que podem ser feitas de maneira individual. Então não se discute igualdade coletiva, não se discute qual é a responsabilidade do Estado no enfrentamento das estruturas do patriarcado.”**

---

fazer corpo de delito sem necessariamente ter que ter registrado boletim de ocorrência.

Existe uma leitura de que nos últimos anos cresceu muito a organização das mulheres indígenas, porque ela se tornou visível para a sociedade. Qual é a sua sua visão, cresceu mesmo?

Na verdade, a gente sempre esteve presente em quase todas essas lutas, tanto dentro dos nossos territórios, quanto da perspectiva nacional. Mesmo quem está lá em Brasília, na política de demarcação de terras, na reivindicação sobre saúde, sobre educação, a gente sempre esteve presente. O que eu acho que faltava muito era uma

visibilidade dessa discussão, porque os não indígenas têm uma percepção muito equivocada de que, dentro dos nossos territórios e dos nossos espaços, as mulheres não são lideranças. É como se as indígenas sempre obedecessem aos homens. E, na verdade, na maior parte das dinâmicas das etnias que a gente tem no Brasil, as mulheres são sempre parte muito forte nos processos de decisões políticas internas. Pensando que se trata de um Estado fundamentado no patriarcado, se ele de maneira geral não atende aos interesses gerais das mulheres, atende menos ainda aos interesses das mulheres indígenas. A gente tinha a necessidade também de dialogar com

as bandeiras específicas das mulheres indígenas, e por isso organizamos a primeira e a segunda Marcha Nacional das Mulheres Indígenas. Embora a liderança das mulheres indígenas já exista no movimento há muitos anos, o que eu acho que é importante, que ajuda a reforçar não só a presença indígena nos espaços, mas também, e eu diria que sobremaneira, das mulheres, é crucial começar a reconhecer a população indígena a partir da sua plurinacionalidade. Somos mais de 350 etnias, cada uma tem a sua especificidade, a sua dinâmica cultural, interna, política. Algumas são mais relacionadas a um sistema de organização patriarcal, mas temos etnias que originalmente não são patriarcais, são ilhas de organização matriarcal. Embora não se possa negar que no processo de colonização dado, até a violência com que ele adentrou os territórios indígenas deixou um legado do patriarcado para uma grande parte dos povos indígenas, e isso também



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

está em discussão internamente em cada território. Mas da perspectiva da política do Estado, precisa começar a haver ter um diálogo mais ampliado. Em relação às mulheres indígenas que sofrem violência, é dez vezes mais difícil você ter equipamento e formalizar uma denúncia. Ela leva cinco dias para conseguir chegar. Há indígenas que nem sequer conseguem sair do seu território ou compreender o que elas precisam acionar para terem uma rede de apoio. Quando eu penso no agronegócio, por exemplo, há vários territórios indígenas onde posseiros, grileiros, latifundiários sequestram mulheres indígenas, esturpam mulheres indígenas e usam isso, inclusive, como moeda de troca, como forma de fazer, por exemplo, com que aquela etnia se retire daquele território.

Como você vê a luta indígena no Brasil hoje?

Estamos em um processo muito importante no Brasil de garantir a visibilidade dessa pauta, dessas

demandas das mulheres indígenas e reforçar necessidade de que agora, dia 8 de março, temos um ato das mulheres para justamente levar às ruas todas essas demandas, bandeiras, pressionar o governo para que a gente consiga avançar nos nossos direitos e falar da importância que a população indígena tem e de maneira estratégica, para repensar o modelo do capital. A nossa luta realmente é ponta de lança na revisão desse sistema produtivo, que é uma política de morte mesmo para a população de maneira geral. E aí a

resistência que a gente faz há 523 anos é a prova de que é possível pensar outra lógica produtiva, outra lógica de mundo, para garantir uma mínima continuidade de todos os direitos da natureza e de todo mundo. ■



FOTO: @RICARDOSTUCKERT

## Ginga promove autonomia das mulheres no Subúrbio Ferroviário de Salvador

ROSE SILVA

**O Movimento de Mulheres do Subúrbio Ginga surgiu em 2010, com o objetivo de realizar atividades para proteção e atendimento às mulheres vítimas de violência, além de promover sua autonomia financeira e psicológica. O grupo realiza reuniões, oficinas, cursos para a formação e conscientização das mulheres da periferia de Salvador sobre seus direitos. O núcleo gestor do coletivo reúne em torno de 15 integrantes, que realizam atividades mantidas por contribuições próprias, de moradores da comunidade e de parceiros.**

Nascida no Recôncavo, Cláudia Isabele Pinho vive no Subúrbio Ferroviário, em Salvador, desde os 2 anos de idade e é mãe de uma menina de 4 anos. “Minha aproximação com o Ginga foi em um momento de confluência e efervescência de várias mulheres. Nós temos uma tradição das negras no Brasil, em particular na periferia de Salvador, que se define

pela gestão comunitária e o cuidado coletivo. As mulheres que atuam nas associações de bairro, mesmo que muitas vezes sejam chefiadas por homens, provêm o suporte a outras mulheres na maternagem e na atenção com os mais velhos”, lembra ela.

Cláudia relata que nos anos de 2010 e 2011 havia uma reconfiguração e incremento das políti-



CLAUDIA ISABELE PINHO  
FOTO: ACERVO DO  
COLETIVO GINGA

cas públicas. Ao mesmo tempo, mulheres que atuavam na gestão comunitária das periferias deram um passo à frente no processo de politização dessa gestão comunitária. Começaram a se organizar em coletivos, a assumir CNPJs, a disputar editais públicos do Estado e de fundos privados que pensavam os direitos das mulheres e os direitos humanos. Havia



ANTIGA SEDE DO COLETIVO, NO SUBÚRPIO FERROVIÁRIO, SALVADOR (BA)  
FOTO: ACERVO DO COLETIVO GINGA

também a luta pelo acesso ao ensino superior.

“A Ginga surgiu nessa convergência, que foi também um encontro geracional. Suas fundadoras foram mulheres, principalmente na faixa dos 40, 50 anos, que tinham a caminhada mais extensa na comunidade e estavam muito incomodadas com os processos de feminização da pobreza, de pauperização das mulheres, de estigmatização e da necessidade de acesso à universidade”, afirma.

Em 2012, a Ginga formou a Rede pelo fortalecimento do controle social nas políticas públicas, que atende ao desejo coletivo de participar na construção das soluções, de fiscalizar como essas soluções estavam sendo

operadas. E promoveu uma formação chamada Águias Negras, para mulheres negras, cujo foco era exercer o controle social do orçamento público, das ações, do discurso, do gap gerado entre o discurso e a prática.

Hoje o coletivo atua em várias frentes, entre elas a presença nos conselhos de Direito da Mulher e no Conselho Estadual

Desenvolvimento da Comunidade Negra. Em 2013, promoveu uma “Blitz Social” para fazer uma atualização de como a notificação compulsória de violência contra as mulheres (Lei 10778/2003) estava acontecendo nas unidades de saúde do Subúrbio Ferroviário. A ação se desenvolveu com as participantes batendo de porta em porta das unidades de saúde para saber como os profissionais lidavam com a notificação compulsória. Desde então, as integrantes do coletivo atuam em coalizão na gestão Instituto Renascer Mulher e outras organizações para entender a documentação, como propor um



ATIVIDADE NA ATUAL SEDE DA GINGA (CEDIDA PELO ESTADO).  
FOTO: ACERVO DO COLETIVO GINGA

editais ou uma ação para mulheres.

Cláudia destaca que apesar da conjuntura pós-golpe de 2016, que se desdobrou no governo Bolsonaro, um golpe ainda mais assertivo de ataque à democracia e a todo o ecossistema que a sustenta, os coletivos acabaram sendo também espaço de encontro, de resistência, inclusive no âmbito pessoal e comunitário.

A Ginga precisou se engajar para receber produtos de higiene, de alimentação e distribuir na comunidade. “Foi um baque significativo, inclusive na autonomia dessas organizações, porque nosso coletivo, por exemplo, se mantém do que a gente produz enquanto trabalhadora. Então tivemos dificuldade de manter as ações. Muitas organizações ao nosso redor, de mulheres, que a gente conhece, descontinuaram suas iniciativas, porque estavam precisando simplesmente cuidar de suas crianças, de seus idosos, viver o luto pessoal, comunitário, coletivo, que todas



AMULHERES ATUANDO NA RUA. FOTO: ACERVO DO COLETIVO GINGA

vivemos na pandemia, e a retirada de direitos também”.

“Nós, da Ginga, estivemos em processos de resistência e de sofrimento. Atrasou nossa profissionalização da gestão para ocupar mais espaço, porque a gente precisava lidar com o tiroteio da madrugada e a mana que tinha uma parenta que perdeu a fonte de renda durante a pandemia, pensar que a comunidade tinha suas questões também. Foi um um banzo coletivo, por assim dizer. Um abalo do qual, espero, a gente comece a se recuperar com mais fôlego agora. Mas resistimos”, comemora.

Ela aponta como demarcador dessa resistência que havia uma autoestima não esquecida, de

quem acessou alguns espaços, projetou vozes e isso foi algo que acalentou os corações.” A gente precisa investir em produzir memória, em trazer mulheres cada vez mais jovens para a produção dessa memória coletiva de práticas, inclusive de vanguardistas, porque isso é um movimento pelos direitos humanos e direito das mulheres no Brasil. A produção de práticas vanguardistas é que vai pressionar o Estado a reconhecer e munir as mulheres periféricas de mais mecanismos para acesso a direitos”, conclui. ■

## Quando novas personagens entram em cena

VIVI MARTINS, SECRETÁRIA NACIONAL DE CULTURA DO PT



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Mas quais expressões, quais manifestações culturais? A diferença entre a atração que pode ser exercida pelos valores da direita e da esquerda pode se dar justamente naquilo que cada um dos lados preconiza para o futuro: “Qualquer instrumento de violência para atrair a juventude para a política pode surtir efeito, mas

**“Para a esquerda, a Cultura é uma boa porta de entrada para despertar a juventude para a política, porque tem ideias de liberdade muito fortes. Talvez por isso os inimigos da democracia têm tanto medo da Cultura.” Vivi Martins, a nova secretária Nacional de Cultura do Partido dos Trabalhadores, aposta que quem apoiar e compartilhar expressões culturais vai ter mais chances na disputa de valores por um país mais justo e solidário.**

será de forma momentânea”, diz Vivi.

Acompanhe a entrevista:

Quem é você? Conte um pouco sua história.

É uma das perguntas mais difíceis da vida. Ao mesmo tempo me coloca no tempo e na história do lado certo que deveria estar, que é o PT e a defesa da democracia. Meu nome é Vivi Martins, mulher, designer, gorda, gestora cultural, carioca, especialista em moda sustentável. Durante a construção da vida profissional, destaque meu

lado de ativista na defesa da economia criativa e a defesa dos trabalhadores da Cultura no Legislativo. Estou Secretária Nacional de Cultura do PT.

Quais são as atribuições da Secretaria Nacional de Cultura do PT? O que pode fazer além daquilo que é responsabilidade dos governos?

A Secretaria Nacional de Cultura (SNCULT) é a instância partidária de debate e formulação de políticas públicas de cultura, atuando com a sociedade civil na ação e defesa de projetos de desenvolvi-

mento por meio da cidadania cultural. A Secretaria apoia parlamentares em pautas no Congresso Nacional, auxilia gestores na busca de soluções que contribuam para o avanço das regiões e cria espaço de debates nas câmaras e assembleias pelo país.

Recentemente a presidenta Gleisi falou que “o PT é guardião do projeto que ganhou a eleição”. E isso se aplica a todas as áreas e setores, a Cultura muito fortemente inclusa. Cabe à Secretaria, junto com todo o campo democrático na sociedade civil, ser a guardiã do projeto desenvolvimentista da cultura na centralidade da pauta política que venceu as eleições em 2022. Durante a campanha o presidente Lula disse: “Vamos cuidar com carinho de um dos maiores patrimônios do povo brasileiro, que é a cultura. A cultura será tratada como um bem de primeira necessidade, porque ela alimenta nossas almas. Precisamos de música, cinema, teatro, dança, artes plásticas. Precisamos de mais livros e menos armas. Vamos



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

recriar o Ministério da Cultura. Vamos criar comitês culturais em cada capital desse país para que a cultura seja reconhecida como fonte de geração de renda e emprego”.

Lula cumpriu sua promessa, uma vez que o Ministério da Cultura foi criado e os comitês de cultura começam a tomar forma. A Secretaria Nacional de Cultura do PT seguirá como quando fez a campanha, toda a linha foi no sentido desenvolvimentista do Estado. Com êxito publicamente logrado.

O Ministério da Cultura está no Planalto e a Secretaria seguirá o mesmo na planície. Lado a lado, pois tem muito do nosso pensar ali e muito dali aqui, a cultura em prol da democracia é exatamente esse entendimento que habita o renascer do olhar cuidadoso por um Brasil profundo que nos mareja os olhos e faz com que toda a luta valha a pena.

Quais os seus planos para o mandato de secretária nacional de Cultura? Qual a prioridade número 1?

Os planos são vários, mas a Cultura é no plural,

somos um coletivo. Primeiro, conversar com os gestores da cultura das diversas instâncias e saber o que somos no ponto de vista da execução da política pública do setor hoje e como construiremos o legado e/ou podemos ajudar no Executivo. Assim como no Legislativo. Em paralelo abrir o escritório da Cultura PT para que seja um apoio aos nossos secretários estaduais, membros do Coletivo Nacional e demais quadros do setor. Abrir diálogo onde for possível e/ou continuar o diálogo, ouvir e atuar na sociedade. Ter troca contínua com gestores de todas as esferas, até para entender, disseminar e ampliar a voz. Não só somos guardiões do pro-

jeto político que ganhou a eleição como enriqueceremos o debate público, para que a visão do mercado não seja a única apresentada à sociedade. A Secretaria tem a missão de consolidar e ampliar a base orgânica. Somos artistas e esse termo deve ser exaltado porque para além de fazedores, o PT colocará a discussão sempre na mesa de/para/ com a Cultura e o povo brasileiro. O planejamento estratégico apontará caminhos. Então estou falando como secretária, mas a reunião do Coletivo e o planejamento complementarão a fala.

A palavra de ordem da SNCULT é cooperação para que a retomada do

Estado democrático de direito na Cultura seja plena. Intra e extrapartidária, é sistêmica. Um projeto claro é o debate da SNCULT sobretudo na América Latina e nos outros países do cone sul. O chamado debate south-south.

Como foi que você despertou para a militância política?

Sou filha adotiva, esse foi meu primeiro "baque social". Nasci e cresci na zona sul do Rio de Janeiro, tive acesso, mas era pobre. Filha do proletariado, mãe manicure/vendedora de roupa/fazedora de quentinha e pai confeitador/vendedor de doce. Meu pai faleceu cedo. Estudava em colégio de freira, era uma mensalidade que fui vendo como esmagava a nossa renda. Essa foi a segunda percepção. Me despertou lutar por um estudo de qualidade com acesso amplo, mas não tinha o entendimento naquela idade como falo aqui, era intuitivo. Tinha 13 para 14 anos quando fui para o movimento estudantil, comecei a tra-



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

balhar com 14. Para não deixar de militar, me filiei aos 17 anos por ocasião da venda da antiga Vale do Rio Doce. Enveredei no movimento estudantil universitário e a Cultura foi um caminho natural de formação e luta. São 24 anos no PT e não vou dizer que eu era uma garota, pois a minha alma jovem assim segue.

Há uma disputa política muito intensa no país.

Como conquistar mais jovens para os ideais de esquerda?

A juventude atual é mais pragmática e pós-política do que a da minha geração. Não penso ser ruim, são guiados por seu instinto e criatividade. Muitos criam o próprio negócio, começam do zero. Se expressam culturalmente de diversas formas, seja como consumidores dos bens culturais ou como criadores das suas próprias expressões, com o intuito de mostrar à sociedade e ao mundo a importância dos seus valores e da sua cultura no processo de transformação da realidade vigente.

Nós precisamos estar atentos aos sinais dos tempos. O movimento Hip Hop e o funk falam muito. Moda, design e arte digital cada vez mais criam jovens artistas, o mundo dos games é a cultura sobretudo do *meta-verso*. Designers, chefs de cozinha, artesãos. E sim, a cultura clássica vem com força nessa geração. A juventude que experimenta, se permite, mescla.

Na retomada do carnaval vimos diversos blocos com jovens misturando variados ritmos musicais e instrumentos. Ao mesmo tempo a juventude se interessa pela cultura popular como festa junina, folia de reis, fanfarra e outras várias expressões como a arte circense.

Para a esquerda a Cultura é uma boa porta de entrada para despertar a juventude para a política, porque têm ideias de liberdade muito fortes. Talvez por isso os inimigos da democracia têm tanto medo da Cultura. A juventude desconhece o medo, por exemplo. Qualquer instrumento

de violência para atrair a juventude para a política pode surtir efeito, mas será de forma momentânea. Minha formação é Moda e observo sempre o comportamento da juventude na linha de frente das lutas. Penso que esquerda como libertadora deve colocar a Cultura a serviço dessa conquista. *Dá match!* ■

## Anuby Messias



FOTO: @DANISOUZAFOTO

Anuby Messias é uma mulher trans, multiartista, de 21 anos, que nasceu na Vila Prudente, em São Paulo, e foi criada no município de Guarulhos. É rapper, poeta, performer e cineasta, formada em direção de arte pelo Instituto Criar de TV, Cinema e Novas Mídias. Foi diretora, roteirista e produtora do curta-metragem “Entre os Lençóis” (2020), selecionado no projeto Curta em Casa e disponível na Globo Play. Autora dos singles “Avançada”, “No Haters”, “Eu mereço”, “Incrível demais” e “Rio Nilo”, apresentou-se com shows no mês do hip hop nos anos de 2020, 2021 e 2022 e em outros espaços culturais das periferias do estado de São Paulo. Também trabalhou como assessora de apoio parlamentar da vereadora Erika Hilton, a mais bem votada em São Paulo, na Câmara Municipal paulistana, acompanhada de uma equipe chamada House of Hilton.

*"Eles me encontram em bares e me compram na avenida, eu sou incrível demais, mas não pra ser sua mina"*

Composição Autoral: Incrível demais.

### REDES SOCIAIS:

**Instagram:** @anuby.messias

**Facebook:** Anuby Messias

**Youtube:** <https://www.youtube.com/@anubymessias1980>

### Programa Quinzenal Reconexão

**Periferias** Terça- feira, às 17h (horário de Brasília). No canal da Fundação Perseu Abramo: [www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo](http://www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo)

### Programa Voz da Mulher

produzido pela Associação Mulheres na Comunicação - Rádio Web Mulheres na Comunicação [www.mulheresnacomunicacao.com/](http://www.mulheresnacomunicacao.com/)  
Aos sábados, às 8h, retransmitido de segunda a sexta-feira: 6h, 13h, 19h e 23h. O programa está disponível no Spotify, Google Podcasts, Apple Podcasts e Anchor, no canal “Mulheres na Comunicação”

### Exposição Coletiva com artistas visuais locais

O Sesc convidou 8 mulheres artistas que representam a força, criatividade, empreendedorismo e cultura de nossa região, a expor coletivamente suas obras.  
Data: 13 a 17/03, das 8h às 12h e das 14h às 18h

Onde: Sesc Centro - Avenida Pres. Dutra, 2765 - Centro - Porto Velho, RO.

### Fórum Amazônia e Carbono Neutro

Data: 14/03, às 8h30, a 15/03 às 18h  
Onde: Centro de Convenções do Amazonas Vasco Vasques - Avenida Constantino Nery, 5001 Flores - Manaus, AM. Ingressos: 2 KG de alimentos não perecíveis. Para mais informações [aqui](#)

### Exposição Nova Geração do Cordel

Data: Até 16/03  
Onde: Centro Cultural da Juventude Ruth Cardoso - Foyer do Anfiteatro Av. Dep. Emílio Carlos, 3641 - Vila Nova Cachoeirinha - São Paulo, SP.



### Jonas: Dentro do Grande Peixe

Data: 16/03, 17/03, às 15h, e 18/03, 23/03, 24/03, 25/03, 30/03 e 31/03, às 19h  
Onde: Teatro Sesc Senac Pelourinho - Largo do Pelourinho, 19 - Pelourinho - Salvador, BA.

Ingressos: dias 16/03 e 17/03 têm entrada gratuita e exclusiva para escolas públicas, ongs e projetos sociais. Nos demais dias, ingressos a partir de R\$ 10

### CCJ – BATALHA DA JUVENTUDE

Data: 20/03/2023 às 19h  
Onde: Centro Cultural da Juventude Ruth Cardoso - Foyer do Anfiteatro Av. Dep. Emílio Carlos, 3641 - Vila Nova Cachoeirinha - São Paulo, SP.

### Palestra Educação Clássica e Astronomia

Palestra Educação Clássica e Astronomia  
Data: 21/03 às 17h  
Onde: Instituto de Geográfico e Histórico da Bahia - Avenida Joana Angélica, 43, Em frente ao Shopping Center Lapa , Nazaré Salvador, BA  
Ingresso: Gratuito  
[Para mais informações](#)

**O território dos Quilombos Dona Bilina, Cafundá Astrogilda e Camorim. Um olhar...(Prof@. Luz Stella)**

Data: 23/03 às 19h

Onde: Online, com link divulgado a partir da inscrição. [Mais informações](#)

**Editora Diálogos INsubmissos realiza evento promocional à Formação para Docentes Negres do Nordeste**

Data: 24/03 às 19h

Onde: Restaurante Roma Negra - Largo do Cruzeiro de São Francisco, 7 - Primeiro andar - Pelourinho - Salvador, BA.

Ingresso: A taxa solidária para acesso ao evento são pacotes de absorventes, que serão doados a organizações que atuam no combate à pobreza menstrual

**Diálogos temporais**

A importância do trabalho culinário de mulheres negras desde o período da escravidão e as condições de trabalho de cozinheiras negras nos dias atuais - com Taís Machado

Data: 24/03 às 19h

Onde: [acesse aqui](#)

**Café, Prosa e Mulher - 5º Edição**

Data: 25/03, das 8h30 às 18h

Onde: Avenida Deputado Jamel Cecílio, 2690, Jardim Goiás - Goiânia, GO. [Mais informações](#)

**Bonecos de Todo Mundo - Alício Amaral convida Mundu Rodá e Mestre Sapopemba (SP) - Show Musical**

Data: 25/03 às 21h

Onde: Sesi Taguatinga - St. F Norte QNF 24 - Brasília, DF

[Ingressos gratuitos disponíveis aqui](#)

**Slam da Guilhermina - Lançamento do livro "Vinho retinto"**

Data: 31/03 às 19h

Onde: Local: Praça anexa à Estação Guilhermina Esperança - São Paulo, SP

Edital	Foco	Prazo	Link
Edital para Ocupação do Museu Julio de Castilhos	Os proponentes selecionados irão ocupar com atividades e ações o Museu Julio de Castilhos com apoio de sua secretaria. Sendo que as propostas para ações no Museu devem se relacionar com história, sociologia, museologia e antropologia do Rio Grande do Sul ou do Brasil	Até 15 de março de 2023	<a href="https://prosas.com.br/editais/13057-edital-para-ocupacao-do-museu-julio-de-castilhos">https://prosas.com.br/editais/13057-edital-para-ocupacao-do-museu-julio-de-castilhos</a>
Concurso Cultural 'Contos RJ'	O Edital tem como objetivo realizar um concurso de contos, a fim de promover a literatura brasileira e promover escritores no Estado do Rio de Janeiro. Sendo patrocinado pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SECEC-RJ).	Até 15 de março de 2023	<a href="https://prosas.com.br/editais/12966-concurso-cultural-contos-rj">https://prosas.com.br/editais/12966-concurso-cultural-contos-rj</a>
4º Prêmio Hermilo Borba Filho de Literatura	O Edital tem como objetivo premiar obras literárias de pessoas escritoras de Pernambuco, a fim de valorizar e incentivar a produção literária de cada macrorregião do Estado, envolvendo o Agreste, Região Metropolitana, Sertão e Zona da Mata. Sendo patrocinado pela Secretaria de Cultura de Pernambuco.	Até 17 de março de 2023	<a href="https://prosas.com.br/editais/12741-4o-premio-hermilo-borba-filho-de-literatura">https://prosas.com.br/editais/12741-4o-premio-hermilo-borba-filho-de-literatura</a>
Edital de Projetos Arena da Cultura e Integrarte	O Edital tem como objetivo selecionar propostas de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) a fim de desenvolver e realizar ações formativas de projetos Arena da Cultura e Integrarte.	De 20 de março de 2023 até 23 de Março de 2023	<a href="https://prosas.com.br/editais/13019-edital-de-projetos-arena-da-cultura-e-integrarte">https://prosas.com.br/editais/13019-edital-de-projetos-arena-da-cultura-e-integrarte</a>

## OPORTUNIDADES

<p>Prêmio de Nova Dramaturgia de Autoria Feminina</p>	<p>Estão abertas as candidaturas para a 3a edição do Prêmio Nova Dramaturgia de Autoria Feminina, do festim Esta noite grita-se / Companhia Cepa Torta, em parceria com a editora Douda Correria. Este prêmio pretende promover, reconhecer e divulgar a dramaturgia de autoria feminina em língua portuguesa. O concurso está aberto a todas as pessoas singulares, maiores de idade, que se identifiquem com o gênero feminino, sejam cisgênero ou transgênero, e que queiram propor uma obra dramática inédita e nunca representada.</p>	<p>Até 31 de março de 2023</p>	<p><a href="https://www.cepatorta.org/premio-literario">https://www.cepatorta.org/premio-literario</a></p>
<p>I Primeiro Prêmio de Poesias Áudiobook</p>	<p>Criar um poema em áudio é muito fácil e rápido, o próprio Windows tem um gravador de voz em todas versões, este prêmio além de ajudar na acessibilidade para deficientes visuais, gerará um audiobook de poesias e videobook, com seu poema e sua voz, contando e lendo o poema e gravando em mp3 ou mp4. Esperamos seu poema contado com as vozes do Brasil, em uma edição onde é inédita no Brasil, um prêmio de áudio de poesias, participe e verá que sua voz vale tanto como sua escrita. Produção Revista Editais Culturais e seus parceiros editoriais de áudio book.</p>	<p>Até 15 de maio de 2023</p>	<p><a href="https://myclappy.com/edital/8194/i-prEmio-de-Audio-">https://myclappy.com/edital/8194/i-prEmio-de-Audio-</a></p>

<p>Chamada Semeia Fundação Cargill</p>	<p>A iniciativa visa identificar, estimular o desenvolvimento e apoiar iniciativas socioambientais realizadas por cooperativas, negócios de impacto e organizações da sociedade civil (OSC). Para participar da chamada, é necessário que as iniciativas estejam alinhadas com a missão da Fundação Cargill, que é de promover a prosperidade das comunidades fortalecendo sistemas alimentares seguros, sustentáveis e acessíveis.</p>	<p>Até 20 de março de 2023</p>	<p><a href="https://capta.org.br/oportunidades/chamada-semeia-fundacao-cargill/">https://capta.org.br/oportunidades/chamada-semeia-fundacao-cargill/</a></p>
<p>4º Festival de Curtas-Metragens de Jundiá 2023</p>	<p>O Edital tem como objetivo a realização de uma premiação de curtas-metragens, a fim de incentivar a produção audiovisual e divulgar o cinema nacional.</p>	<p>Até 29 de março de 2023</p>	<p><a href="https://prosas.com.br/editais/13016-4o-festival-de- curtas-metragens-de-jundiai-2023">https://prosas.com.br/editais/13016-4o-festival-de- curtas-metragens-de-jundiai-2023</a></p>
<p>Grande Prêmio EX-PONECTAR III 2023</p>	<p>O Grande Prêmio Exponectar 3 é uma plataforma voltada à publicação do trabalho de fotógrafos brasileiros e estrangeiros, com premiações anuais. A proposta do Grande Prêmio Exponectar é dar visibilidade às mais variadas formas de expressão fotográfica, sem restrição de temática ou de abordagem e sempre buscando a excelência na forma e no conteúdo.</p>	<p>Até 25 de março de 2023</p>	<p><a href="https://capta-caoprojetos culturais.sesisp.org.br/">https://capta-caoprojetos culturais.sesisp.org.br/</a></p>
<p>II Prêmio de Poesias "Arte de Tecer Conhecimento</p>	<p>A Revista Natureza do Verso junto a seus parceiros de apoio, divulgação e produção tem como objetivo colaborar com a Arte e Cultura, brasileira, incentivando a escrita literária, de escritores de todo Brasil. O concurso destina-se a escritores de língua portuguesa, sendo livre para escritores iniciantes ou para autores que já foram publicados anteriormente. Os escritores podem ser residentes de qualquer país, desde que maiores de 16 anos.</p>	<p>Até 15 de março de 2023</p>	<p><a href="https://revista-natureza-do-verso.webnode.page/ii-premio-de-poesias/">https://revista-natureza-do-verso.webnode.page/ii-premio-de-poesias/</a></p>

## OPORTUNIDADES

<p>Elas Avançam: Ambientes Prósperos para o Protagonismo Feminino</p>	<p>Buscamos projetos que promovam atividades, ações de capacitação e formação profissional, qualificação em tecnologia e/ou desenvolvimento de habilidades e competências que fortaleçam as mulheres e promovam a equidade de gênero. Projetos que contribuam, de forma direta ou indireta, para a construção de um ambiente fértil para o protagonismo feminino por meio de ações como o desenvolvimento de lideranças, o combate ao machismo, atividades no contraturno escolar para crianças, a promoção da saúde e bem-estar, o combate à discriminação e violência de gênero, etc.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p><a href="https://prosas.com.br/editais/9048-elas-avancam-ambientes-prosperos-para-o-protagonismo-feminino">https://prosas.com.br/editais/9048-elas-avancam-ambientes-prosperos-para-o-protagonismo-feminino</a></p>
<p>Programa de Aceleração de ONGs</p>	<p>A Phomenta, aceleradora de ONGs, está com a pré-inscrição aberta para os seus programas de aceleração. Organizações da Sociedade Civil de qualquer parte do país podem se inscrever e receber em primeira mão as informações quando cada programa abrir inscrições. Os programas de aceleração visam transformar a gestão da organização em um curto espaço de tempo, entre 5 e 7 meses, com ferramentas práticas e conteúdos dinâmicos. São apresentados temas diversos como captação de recursos, priorização, identificação e resolução de problemas, inovação, empreendedorismo e como conseguir parceiros.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p><a href="https://prosas.com.br/editais/6486-programa-de-aceleracao-de-ongs">https://prosas.com.br/editais/6486-programa-de-aceleracao-de-ongs</a></p>



F U N D A Ç Ã O  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores



[WWW.FPABRAMO.ORG.BR](http://WWW.FPABRAMO.ORG.BR)